

Collor vai rever Orçamento

O presidente eleito Fernando Collor de Mello deverá determinar, imediatamente após a sua posse, uma completa revisão dos orçamentos federais já aprovados pelo Congresso Nacional e sancionados pelo presidente Sarney. Segundo tem frisado aos seus assessores, Collor considera que os orçamentos fiscal, da segurança social e de investimentos das empresas estatais para 1990 estão completamente distanciados da realidade brasileira, na medida em que não conseguem propor soluções concretas e nem dispor de recursos para o enfrentamento dos mais graves problemas do País.

Na realidade, segundo se destacou ontem no 'bolo de noiva' entre a equipe do futuro Presidente, quase 90% do total dos recursos orçamentários já estão comprometidos com o serviço da dívida interna, com o pagamento da folha e pessoal do governo, e com as transfe-

rências federais para os Estados e Municípios.

Questões urgentes

Os atuais orçamentos federais passam ao largo dos problemas sociais graves vividos pelo País, deixando intocada uma série de questões urgentes, como as de oferta de energia elétrica ameaçada pelo racionamento, do ensino fundamental (hoje com um déficit de mais de 7 milhões de matrículas), de saúde pública (com o retorno de uma série de endemias que já haviam sido erradicadas na década de 70), de habitação e saneamento básico em das rodovias federais em estado crítico.

Segundo integrantes da equipe técnica do futuro governo, a partir de uma ampla reforma monetária, financeira, fiscal, patrimonial, e com uma maior ênfase dos programas de privatização, haverá, em disponibilidade, uma grande massa de novos recursos, que terão de ser

incorporados aos orçamentos federais desta ano.

Ciranda financeira

Ressaltam os técnicos que a nova política econômica do futuro governo, de orientação tipicamente estruturalista, vai mexer fundo na "ciranda financeira", na política fiscal e no perfil da dívida pública interna — com grande capacidade de gerar recursos novos.

Com fim da "ciranda financeira", esperam os técnicos que haverá um grande deslocamento de recursos do setor especulativo do mercado financeiro para o setor produtivo da economia. Isso reduzirá a lucratividade dos bancos e viabilizará um processo de redução dos custos das empresas do setor produtivo, que poderão produzir mais, oferecendo o seu produto a preços menores. Esse deslocamento de recursos para o setor produtivo da economia e a elevação da produção devem provocar uma sensi-

vel elevação da massa de arrecadação tributária.

Reforma Fiscal

Esse movimento será reforçado por uma reforma fiscal, que determinará uma maior cobrança de impostos de setores que detêm maiores ganhos. Fará parte dessa reforma fiscal, ainda, o corte de muitos incentivos fiscais, o que também representa mais recursos à disposição do governo, do mesmo modo que o corte de alguns subsídios.

Por fim, destacam os técnicos que a mudança do perfil da dívida interna, feita com base na troca de títulos de curto prazo, por títulos com prazos de resgate mais longos, também provocará um grande alívio nas contas do governo, deixando mais uma grande margem de manobra dentro dos orçamentos federais, que serão totalmente refletidos e novamente submetidos à apreciação do Congresso Nacional, no mais tardar até o final de julho próximo.